

Guilherme de Souza Nucci

Manual de Direito Penal

15.^a edição

— revista, atualizada
e ampliada



Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	4
3. Política criminal.....	4
4. Criminologia	5
5. Bem jurídico	6
Síntese	8

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil	16
Síntese	17

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	19
1.1 Princípios regentes	19

2. Princípios de direito penal.....	20
2.1 Constitucionais explícitos.....	20
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado	20
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal).....	20
2.1.1.2 Anterioridade	20
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica.....	21
2.1.1.4 Humanidade	21
Ponto relevante para debate	
• A prisão no Brasil e a humanidade.....	21
2.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	22
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal	22
Ponto relevante para debate	
• A pena de multa após a morte do condenado.....	23
2.1.2.2 Individualização da pena	23
2.2 Constitucionais implícitos.....	24
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado	24
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	24
2.2.1.2 Taxatividade.....	26
2.2.1.3 Proporcionalidade.....	27
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	28
2.2.2 Concernente ao indivíduo	28
2.2.2.1 Culpabilidade.....	28
Ponto relevante para debate	
• A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	29
Síntese	30

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal	33
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal	35
1.2 Costume e fonte do direito penal	36
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	36
2. Interpretação e integração no direito penal	36
Síntese	39

Capítulo V

LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade	41
1.1 Origem histórica.....	41
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	42
1.3 Legalidade material e legalidade formal	42

2. Conceito de anterioridade	43
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	43
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	43
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	44
Ponto relevante para debate	
• A legalidade pede socorro?.....	46
Síntese	47

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	49
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	50
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>).....	50
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)	51
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis	51
Pontos relevantes para debate	
• A impossibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu	52
• A combinação de leis penais no contexto da delação premiada.....	53
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica	54
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	55
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	56
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	56
8. Leis intermitentes.....	57
8.1 Extensão e eficácia.....	57
Ponto relevante para debate	
• A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal...	58
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	59
Síntese	62
Esquemas	
↳ Extratividade da lei penal	63
↳ Leis penais benéficas intermediárias	65

Capítulo VII

TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	67
2. Alcance da teoria da atividade	67
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	67
4. Teorias sobre o lugar do crime	68
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP	68
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	69
Síntese	69

Capítulo VIII
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade	71
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	71
3. Conceito de território e seus elementos.....	71
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	72
3.2 Espaço aéreo.....	72
3.3 Mar territorial brasileiro	72
4. Território brasileiro por equiparação	73
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	73
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	74
5. Critérios para a extraterritorialidade	74
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada	75
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	75
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada	76
5.4 Condições para a extraterritorialidade	77
6. Extradicação	77
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa	78
6.2 Requisitos para a concessão	78
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal	81
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	81
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	82
8.2 Imunidades diplomáticas.....	83
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	83
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	83
8.3 Imunidades consulares	84
8.4 Imunidades parlamentares	85
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	86
8.4.2 Características da imunidade substantiva.....	86
8.4.3 Características da imunidade processual.....	88
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados.....	89
8.5.1 Deputados estaduais	89
8.5.2 Vereadores.....	89
8.5.3 Advogados.....	89
8.5.4 Prefeitos	90
9. Direito penal internacional e direito internacional penal	91
Síntese	91
Esquema	
↳ Aplicação da lei penal no espaço	92

Capítulo IX
EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional	93
2.	Hipóteses para a homologação.....	94
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima	94
2.2	Aplicação de medida de segurança	94
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	94
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	94
	Síntese	95

Capítulo X
CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais	97
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	98
3.	Frações não computáveis da pena	98
	Síntese	98
	Esquema	
↳	Contagem de prazos penais e processuais	99

Capítulo XI
CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito	101
2.	Critério da sucessividade	102
3.	Critério da especialidade.....	102
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	103
5.	Critério da absorção (ou consunção)	104
6.	Critério da alternatividade.....	104
	Síntese	105
	Esquemas	
↳	Sucessividade.....	105
↳	Especialidade	106
↳	Subsidiariedade	107
↳	Consunção (ou absorção)	108

Capítulo XII
CRIME

1.	Conceito de crime	109
1.1	Conceito material	109
1.2	Conceito formal	110
1.3	Conceito analítico.....	110
	Ponto relevante para debate	
•	A teoria da ação significativa é uma solução para superar as teorias causalista, finalista e funcionalista?	114

2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	116
3. Sujeitos e objetos do crime	116
3.1 Sujeito ativo	116
Ponto relevante para debate	
• A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime	117
3.2 Sujeito passivo.....	118
3.3 Objeto do crime.....	119
4. Classificação dos crimes.....	120
4.1 Crimes comuns e próprios	120
4.2 Crimes instantâneos e permanentes	121
4.3 Crimes comissivos e omissivos.....	122
4.4 Crimes de atividade e de resultado	122
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	123
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	123
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	124
4.8 Progressão criminosa	124
4.9 Crime habitual	125
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	126
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	126
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	126
4.13 Crimes remetidos	127
4.14 Crimes condicionados	127
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	127
Síntese	127
Esquemas	
↺ Conceito analítico de crime (quadro sintético)	128
↺ Diferenças entre os crimes instantâneos, permanentes, habituais e continuados.....	129
↺ Crime é fato	130
↺ Estrutura do crime.....	131

Capítulo XIII TIPICIDADE

1. Apresentação	133
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	134
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	134
2.2 Classificação do tipo	136
3. Conceito de conduta penalmente relevante	139
Ponto relevante para debate	
• A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais	144
4. Conceito de resultado.....	145
5. Conceito de nexos causal.....	146
5.1 Teorias que cuidam do nexos de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	146

Ponto relevante para debate	
• Crítica e defesa à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo ...	152
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	153
5.2.1 Concausas e seus efeitos	154
Esquemas	
↔ Teoria da equivalência das condições (ou dos antecedentes) – (art. 13, <i>caput</i> , CP) ...	155
↔ Teoria da causalidade adequada (ou das condições qualificadas).....	156
↔ Teoria da imputação objetiva	157
↔ Concausas: são as causas que se unem para gerar o resultado.....	158
↔ Causa superveniente, que corta o nexos causal (art. 13, § 1.º, CP).....	159
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	160
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria	160
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante	161
5.3.3 Dever de agir.....	161
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei.....	161
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	162
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco.....	162
Pontos relevantes para debate	
• Deixar o agressor morrer depois de se defender constitui crime?	162
• Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca	163
• A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade	163
• Envenenamento e navalhada como causas da morte	163
6. Conceito de tipicidade e excludentes	164
6.1 Adequação social	165
6.2 Insignificância.....	166
Ponto relevante para debate	
• Bagatela imprópria.....	167
Síntese	168

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo	169
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico	170
3. Características do dolo.....	170
4. Conceito de dolo direto.....	170
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	171
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	171
Ponto relevante para debate	
• A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito.....	172
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual	172
7. Outras classificações do dolo	173
8. Conceito de culpa	174

9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente.....	174
10. Elementos da culpa.....	175
11. Situações peculiares no campo da culpa.....	176
12. Espécies de culpa.....	177
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional.....	178
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	178
Síntese	179
Esquemas	
↻ Dolo direto de 1.º grau	179
↻ Dolo direto de 2.º grau	179
↻ Dolo eventual.....	180
↻ Culpa consciente.....	180
↻ Culpa inconsciente.....	181

Capítulo XV CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito	183
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	183
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	184
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	184
Síntese	186

Capítulo XVI ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	187
2. Excludentes de ilicitude.....	187
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	188
4. Elemento subjetivo nas excludentes	189
5. Conceito de estado de necessidade.....	190
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	191
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	192
5.2.1 Existência de perigo atual	192
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	193
Ponto relevante para debate	
• A valoração da vontade no contexto da produção do perigo	193
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	194
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro.....	195
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	195
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	195
5.3 Causa de diminuição de pena	195
6. Conceito e fundamento da legítima defesa	196
6.1 Elementos da legítima defesa	196
6.1.1 Injustiça da agressão	196

6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão	197
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	199
Ponto relevante para debate		
•	A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	200
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação	202
6.1.5	Moderação da reação	203
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa	204
6.1.6.1	Ofendículos.....	205
Ponto relevante para debate		
•	A natureza jurídica dos ofendículos.....	205
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	208
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	208
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	208
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	208
6.2.4	Legítima defesa sucessiva.....	209
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	209
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	209
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	209
6.2.8	Legítima defesa por omissão	210
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	210
6.2.10	Legítima defesa da comunidade.....	211
6.2.11	Legítima defesa de animais	211
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal	212
7.1	Situações de cumprimento de dever legal	212
8.	Conceito de exercício regular de direito	213
8.1	Situações de exercício regular de direito	213
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	214
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido	214
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	215
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores	215
8.2.4	As lesões praticadas no esporte	216
9.	Consentimento do ofendido.....	217
Ponto relevante para debate		
•	O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	219
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	221
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	222
10.1	Modalidades de excessos	223
Síntese		224
Esquema		
↳	Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa	225

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade	227
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	232
1.2 Conceito de coculpabilidade.....	232
2. Excludentes de culpabilidade	233
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato.....	233
2.1.1 Imputabilidade penal.....	233
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	235
Ponto relevante para debate	
• A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)	237
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental	238
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	239
2.1.4 Menoridade.....	239
Ponto relevante para debate	
• O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos	241
2.2 Excludentes concernentes ao fato.....	241
2.2.1 Coação moral irresistível.....	241
Ponto relevante para debate	
• A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	242
2.2.2 Obediência hierárquica	243
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	243
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	244
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	245
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior	246
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita	247
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	247
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	247
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	248
3. Emoção e paixão	248
3.1 Emoção	249
3.2 Paixão	250
Síntese	250

Capítulo XVIII CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	253
2. Tentativa.....	253
2.1 Conceito de crime tentado	253
2.2 Natureza jurídica da tentativa.....	254
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	255

2.4	Dolo e culpa na tentativa	255
2.5	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	256
Ponto relevante para debate		
•	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	257
2.6	Tentativa e dolo eventual	259
2.7	Tentativa e crime de ímpeto	262
2.8	Crimes que não admitem a tentativa	263
2.9	Critério para a diminuição da pena na tentativa	265
2.10	Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	265
2.11	Diferença entre crime falho e tentativa falha	266
3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	266
3.1	Conceito de desistência voluntária	266
3.1.1	Desistência momentânea	266
3.1.2	O problema da execução retomada	267
3.2	Conceito de arrependimento eficaz	268
3.3	Natureza jurídica	268
3.4	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	269
3.5	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	270
4.	Arrependimento posterior	270
4.1	Conceito	270
4.2	Natureza jurídica	270
4.3	Requisitos para a aplicação	270
Ponto relevante para debate		
•	A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior	272
4.4	Critérios para a diminuição da pena	273
4.5	Análise crítica da Súmula 554 do STF	274
4.6	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	274
5.	Crime impossível	275
5.1	Conceito e natureza jurídica	275
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível	275
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo	275
5.4	Análise dos elementos do crime impossível	276
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	277
Ponto relevante para debate		
•	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível	277
Síntese		278
Esquemas		
↻	Tentativa e consumação	279
↻	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	280
↻	Quadro comparativo	281

Capítulo XIX
ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância.....	283
2. Conceito de erro de tipo	283
3. Possibilidade de punição por crime culposo.....	284
4. Erro escusável e erro inescusável.....	284
5. Erro essencial e erro accidental.....	284
6. Erro quanto à pessoa	284
7. Erro determinado por terceiro.....	285
8. Conceito de erro de proibição.....	285
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	285
10. Erro de proibição escusável e inescusável	286
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição	287
12. Conceito de discriminantes putativas	287
13. Divisão das discriminantes putativas	287
14. Natureza jurídica das discriminantes putativas	288
Síntese	289
Esquemas	
↷ Erro de tipo.....	290
↷ Erro de tipo x delito consumado sem erro (art. 20).....	291
↷ Erro de proibição	292
↷ Erro de proibição x delito consumado sem erro (art. 21).....	293

Capítulo XX
CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	295
2. Teorias do concurso de pessoas	295
3. Distinção entre autoria e participação	296
3.1 Teoria normativa e teoria do domínio do fato.....	297
3.2 Executor de reserva	298
4. Critérios quanto à punição do partícipe	298
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	299
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	299
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	299
6.2 Participação de menor importância	300
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	301
7. Requisitos do concurso de agentes	301
8. Alguns aspectos da autoria mediata.....	302
9. Autoria colateral.....	302
Ponto relevante para debate	
• A coautoria e a participação em crime culposo.....	302
10. Conivência	303

11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	303
Ponto relevante para debate	
• A participação posterior à consumação do crime	304
12. Participação e cumplicidade.....	305
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	306
Ponto relevante para debate	
• A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo	306
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	307
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	307
14. Casos de impunibilidade	308
Síntese	309

Capítulo XXI TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	311
2. Teorias extremadas da punição.....	312
3. Garantismo penal.....	314
Pontos relevantes para debate	
• Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal	315
• A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	316
• Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	317
4. Cominação das penas	319
5. Princípios da pena	319
6. Espécies de penas	320
Síntese	320

Capítulo XXII PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	321
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	322
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	327
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	328
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	328
6. Imprescindibilidade do regime fechado	329
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	330
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	330
9. Regime fechado.....	331

Pontos relevantes para debate	
• A aplicação do regime fechado à pena de detenção	332
• A viabilidade da progressão <i>por salto</i>	332
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	334
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	335
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	336
Ponto relevante para debate	
• A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	337
9.4 Trabalho externo do condenado.....	338
10. Regime semiaberto	338
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	339
10.2 Situação do índio	339
11. Regime aberto.....	339
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	340
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto	340
12. Direitos do preso.....	340
12.1 Direito à visita íntima.....	340
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio	341
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	341
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	341
13. Trabalho do preso	343
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	343
13.2 Trabalho do preso e remição.....	343
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	344
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	344
13.2.3 Remição pelo estudo.....	344
Ponto relevante para debate	
• A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar	345
14. Superveniência de doença mental	345
15. Detração	346
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	346
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	347
15.3 Detração e pena de multa	347
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	347
15.5 Detração e suspensão condicional da pena.....	348
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas	348
Síntese	348

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	351
2. Natureza jurídica	351

3. Espécies de penas restritivas de direitos	352
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	353
Pontos relevantes para debate	
• A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados	354
• As penas alternativas no cenário da violência doméstica	355
5. Momentos para a conversão	357
6. Exigências para a conversão	357
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	358
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	359
8.1 Prestação pecuniária	359
Ponto relevante para debate	
• A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas	361
8.2 Perda de bens ou valores	362
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	363
8.4 Interdição temporária de direitos	363
8.5 Limitação de fim de semana	364
Síntese	364

Capítulo XXIV PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	367
2. Critérios para a fixação da pena de multa	368
Ponto relevante para debate	
• O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	369
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	370
4. Atualização monetária da multa	370
5. Pagamento da multa	371
6. Multa como dívida de valor	371
Pontos relevantes para debate	
• A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	371
• A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível	372
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	373
Síntese	373

Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	375
Ponto relevante para debate	
• As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário	375
2. Circunstâncias judiciais	376
3. Pena-base	376
3.1 Critérios para a fixação da pena-base	377

Esquemas	
↪ Circunstâncias judiciais (art. 59, CP).....	380
↪ Exemplo de ponderação das circunstâncias judiciais	381
4. Elementos do art. 59 do Código Penal.....	382
4.1 Culpabilidade	382
Ponto relevante para debate	
• Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor	383
Esquemas	
↪ Culpabilidade como elemento do crime e fundamento da pena, além de constituir parâmetro para o limite da pena.....	385
4.2 Antecedentes	387
Ponto relevante para debate	
• O significado e a extensão da expressão maus antecedentes	387
Ponto relevante para debate	
• A caducidade dos maus antecedentes	388
4.3 Conduta social	389
4.4 Personalidade	389
Ponto relevante para debate	
• A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador	390
4.5 Motivos do crime.....	391
4.6 Circunstâncias do crime	391
4.7 Consequências do crime.....	391
Esquemas	
↪ Motivos do crime: podem ser <i>conscientes</i> ou <i>inconscientes</i>	392
↪ Motivo ≠ elemento subjuntivo do crime (dolo/culpa)	392
4.8 Comportamento da vítima.....	393
Esquema	
↪ Comportamento da vítima	394
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	395
6. Substituição da pena privativa de liberdade	395
7. Agravantes e atenuantes	396
7.1 Agravantes	396
7.1.1 Motivo fútil	396
7.1.2 Motivo torpe	397
7.1.3 Motivação torpe específica	398
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	398
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum	399
7.1.6 Relações familiares	399
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher	399
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever	400
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	401

7.1.10	Ofendido sob proteção da autoridade	403
7.1.11	Situação de desgraça particular ou calamidade pública	403
7.1.12	Embriaguez preordenada	403
7.1.13	Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	404
7.1.13.1	Mentor ou dirigente da atividade criminosa	404
7.1.13.2	Coação ou indução ao crime	404
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito	404
7.1.13.4	Criminoso mercenário.....	404
7.1.14	Reincidência.....	404
7.1.14.1	Conceito	404
Ponto relevante para debate		
•	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>)	405
7.1.14.2	Espécies de reincidência	405
Ponto relevante para debate		
•	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	406
7.1.14.3	Efeitos da reincidência	407
7.1.14.4	Caducidade da condenação anterior	407
7.1.14.5	Crimes militares próprios e impróprios	408
7.1.14.6	Crime político.....	409
7.2	Atenuantes.....	409
7.2.1	Menoridade relativa.....	410
7.2.2	Senilidade	410
7.2.3	Desconhecimento da lei	411
7.2.4	Relevante valor social ou moral	412
7.2.5	Arrependimento.....	412
7.2.6	Coação resistível.....	413
7.2.7	Cumprimento de ordem superior.....	413
7.2.8	Violenta emoção	413
7.2.9	Confissão espontânea.....	413
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto	414
7.2.11	Atenuante inominada	415
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	415
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	415
Esquema		
↔	Confronto entre agravantes e atenuantes (art. 67, CP)	416
8.	Cálculo da pena.....	417
8.1	Sistemas para a fixação da pena	417
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras	419
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais	419
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	420
8.5	Crítério para aplicação dos aumentos e das diminuições	420
Síntese		421

Esquemas

↪ Fixação da pena.....	422
↪ Circunstâncias do crime	423

Capítulo XXVI
CONCURSO DE CRIMES

1. Conceito e critério de análise	425
2. Sistemas do concurso de crimes	425
2.1 Sistema da acumulação material	425
2.2 Sistema da exasperação da pena	426
2.3 Sistema da absorção	426
2.4 Sistema da acumulação jurídica	426
3. Concurso material	426
3.1 Conceito.....	426
3.2 Critérios para a aplicação da pena	427
3.3 Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	427
4. Concurso formal.....	428
4.1 Conceito.....	428
4.2 Concurso formal perfeito e imperfeito	428

Ponto relevante para debate

• A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	428
4.3 Concurso material favorável ou benéfico	429
4.4 Concorrência de concursos	430
5. Crime continuado.....	430
5.1 Conceito.....	430
5.2 Natureza jurídica	431
5.3 Teorias do crime continuado	431
5.4 Crimes da mesma espécie	432
5.5 Condições de tempo.....	433
5.6 Condições de espaço	433
5.7 Formas de execução	434
5.8 Outras circunstâncias semelhantes	434

Ponto relevante para debate

• O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional.....	434
5.9 Critério de dosagem do aumento	435
5.10 Crime continuado e inimizabilidade	435
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos	435
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	436
5.13 Espécies de crime continuado.....	436
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual	436

Ponto relevante para debate

• A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes	437
---	-----

6. Concurso de infrações e execução da pena	437
Síntese	437
Esquemas	
↳ Concurso material	438
↳ Concurso formal próprio	439
↳ Concurso formal impróprio	439
↳ Crime continuado	440
↳ Crime continuado qualificado	441

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	443
2. Modalidades de erro na execução	443
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	444
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i>)	445
Síntese	446

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento	447
2. Unificação das penas em 30 anos	450
3. Modo de unificação	451
Síntese	452

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	453
2. Natureza jurídica	453
3. Requisitos para a sua concessão	454
4. Espécies de <i>sursis</i>	454
Ponto relevante para debate	
• A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu	455
5. Pontos controversos	455
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	455
5.2 Existência de processos em andamento	456
5.3 Réu ausente	456
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	456
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	457
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	458
Ponto relevante para debate	
• A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo	458
6. Período de prova e escolha das condições	459

7. Causas de revogação	460
7.1 Revogação obrigatória.....	460
7.2 Revogação facultativa.....	461
8. Prorrogação do período de prova.....	461
9. Finalização do <i>sursis</i>	462
Síntese	462

Capítulo XXX

LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos	465
2. Natureza jurídica	466
3. Requisitos para a sua concessão.....	466
3.1 Objetivos.....	466
3.2 Subjetivos.....	467
Ponto relevante para debate	
• A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003	468
4. Duração do livramento	469
5. Pontos polêmicos	469
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	469
5.2 Livramento condicional cautelar	469
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	470
6. Parecer do Conselho Penitenciário	470
7. Soma das penas para efeito de livramento	471
8. Condições do livramento condicional	471
8.1 Obrigatórias.....	471
8.2 Facultativas.....	471
9. Revogação do livramento.....	471
9.1 Causas obrigatórias.....	471
9.2 Causas facultativas.....	471
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	472
9.4 Livramento insubsistente.....	472
10. Efeitos da revogação	472
11. Extinção da pena e prorrogação automática	472
Síntese	473

Capítulo XXXI

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação	475
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória	476
3. Efeitos genéricos.....	476

3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano	476
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita	477
4. Efeitos específicos	479
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	479
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	480
4.3 Inabilitação para dirigir veículo advinda do art. 92, III, do CP	481
4.4 Efeito da condenação advindo de lei especial	482
Síntese	482

Capítulo XXXII REABILITAÇÃO

1. Conceito	483
2. Competência para a concessão de reabilitação	484
3. Prazo e procedimento.....	485
4. Indeferimento da reabilitação e recursos	485
5. Reabilitação e reincidência	486
6. Reabilitação em porções.....	486
Síntese	486

Capítulo XXXIII MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito	487
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	487
3. Espécies de medidas de segurança.....	488
4. Extinção de punibilidade	488
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	489
6. Sentença de absolvição imprópria	489
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	489
8. Duração da medida de segurança.....	490
9. Culpabilidade e periculosidade	491
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	491
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	492
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena	492
12. Detração e medida de segurança	493
13. Exame de cessação da periculosidade	493
14. Condições para a desinternação ou liberação	494
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	495
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	495
Ponto relevante para debate	
• Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001	496
Síntese	497

Capítulo XXXIV
AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	499
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	500
3. Critério de iniciativa da ação penal	500
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	500
5. Ação penal no crime complexo	502
Síntese	502

Capítulo XXXV
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	503
2. Causas gerais e específicas	504
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	505
4. Momentos de ocorrência	505
5. Morte do agente	505
Ponto relevante para debate	
• As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	507
6. Anistia	507
7. Graça ou indulto individual	508
8. Indulto coletivo	509
Pontos relevantes para debate	
• Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	510
• Indulto humanitário	510
9. <i>Abolitio criminis</i>	511
10. Decadência.....	511
11. Perempção.....	512
12. Renúncia e perdão	512
13. Retratação	513
14. Perdão judicial.....	514
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	514
15. Prescrição.....	515
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	515
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	516
Ponto relevante para debate	
• A prescrição da medida de segurança.....	517
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	518
Ponto relevante para debate	
• A influência da detração no cálculo prescricional	519
15.4 Modalidades de prescrição	519

Ponto relevante para debate	
• A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado...	520
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	523
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	525
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP.....	526
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	527
Ponto relevante para debate	
• A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	529
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	529
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	530
17. Prescrição em leis especiais	532
18. Prescrição e perdão judicial.....	532
Síntese	532
Esquemas	
↳ Formas de clemência do estado	534
↳ Tabela de prazos prescricionais.....	535
↳ Lapsos prescricionais e causas interruptivas da prescrição.....	536
↳ Lapsos prescricionais da prescrição retroativa, levando-se em conta a pena em concreto (art. 110, § 1.º).....	537
↳ Lapsos prescricionais da prescrição intercorrente, levando-se em conta a pena em concreto (art. 110, § 1.º).....	537
↳ Lapso da suspensão da prescrição (art. 116).....	538

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121.....	545
Ponto relevante para debate	
• Como analisar a condição de sexo feminino no feminicídio	549
Pontos relevantes para debate	
• A existência de homicídio simples hediondo.....	554
• A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio.....	554

• A existência de homicídio qualificado-privilegiado	555
• A não aceitação do homicídio qualificado-privilegiado como hediondo	555
• A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio	556
• O homicídio sem motivo	556
• A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	557
• A polêmica questão da eutanásia.....	558
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – Art. 122	559
Pontos relevantes para debate	
• O auxílio por omissão	561
• A solução da situação denominada pacto de morte.....	561
• Inconstitucionalidade parcial da instigação ao suicídio	562
Infanticídio – Art. 123	563
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	564
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	565
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125	567
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126	568
Formas qualificadas de aborto – Art. 127	569
Excludentes de ilicitude – Art. 128	570
Pontos relevantes para debate	
• A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida	572
• A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	572
• A autorização do aborto eugênico	573

Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129.....	575
Ponto relevante para debate	
• A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal	584

Capítulo III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	587
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131	589
Ponto relevante para debate	
• Transmissão do vírus da AIDS.....	590
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132	591
Abandono de incapaz – Art. 133.....	592
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	593
Omissão de socorro – Art. 135.....	595
Ponto relevante para debate	
• As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	597
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	597

Maus-tratos – Art. 136.....	599
Pontos relevantes para debate	
• A palmada configura maus-tratos?	600
• A pobreza justifica os maus-tratos?.....	601
Capítulo IV DA RIXA	
Rixa – Art. 137.....	603
Capítulo V DOS CRIMES CONTRA A HONRA	
Calúnia – Art. 138.....	605
Difamação – Art. 139.....	607
Injúria – Art. 140.....	609
Disposições comuns – Arts. 141 a 145	612
Capítulo VI DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL	
Seção I	
Constrangimento ilegal – Art. 146.....	617
Ameaça – Art. 147.....	619
Sequestro e cárcere privado – Art. 148.....	621
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149.....	622
Tráfico de pessoas – Art. 149-A	624
Seção II	
Violação de domicílio – Art. 150.....	628
Seção III	
Violação de correspondência – Art. 151	631
Ponto relevante para debate	
• A violação da correspondência entre cônjuges.....	633
Violação de correspondência comercial – Art. 152	634
Seção IV	
Divulgação de segredo – Art. 153	635
Violação do segredo profissional – Art. 154.....	637
Violação de dispositivo informático – Art. 154-A.....	638
Título II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	
Capítulo I DO FURTO	
Furto – Art. 155.....	643

Pontos relevantes para debate	
• A questão da casa habitada no furto noturno.....	654
• O furto de coisas de estimação.....	654
• O furto de cadáver.....	654
• O furto de coisas de ínfimo valor.....	655
• O furto de imagem.....	655
• O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	655
• O furto de uso como crime.....	656
• A trombada como furto ou roubo.....	656
• A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	657
• Furto sob vigilância eletrônica.....	657
Furto de coisa comum – Art. 156.....	657

Capítulo II DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157.....	661
Pontos relevantes para debate	
• O roubo de uso.....	668
• A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	669
• A existência da tentativa no roubo impróprio.....	669
• O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	670
Extorsão – Art. 158.....	671
Ponto relevante para debate	
• A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago.....	675
Extorsão mediante sequestro – Art. 159.....	676
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	679
Extorsão indireta – Art. 160.....	680

Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	683
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	684
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	685
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162.....	687

Capítulo IV DO DANO

Dano – Art. 163.....	689
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164.....	691
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	692

Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	693
Ação penal – Art. 167	694

Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	695
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	697
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169	698
Causa de diminuição de pena – Art. 170	700

Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171	701
Pontos relevantes para debate	
• A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	703
• O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral	703
• O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade	704
• O estelionato como delito permanente	704
• A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal	704
• A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia	704
• O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo	704
• O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição	705
• O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime	705
Duplicata simulada – Art. 172.....	705
Abuso de incapazes – Art. 173.....	707
Induzimento à especulação – Art. 174	708
Fraude no comércio – Art. 175.....	709
Outras fraudes – Art. 176.....	711
Ponto relevante para debate	
• A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176	712
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177	713
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178	715
Fraude à execução – Art. 179.....	716

Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Receptação – Art. 180.....	719
Receptação de animal – Art. 180-A	722

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183	725
Pontos relevantes para debate	
• O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição	727
• A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável	727

Título III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	731
Ponto relevante para debate	
• Uma peculiar forma de corrupção.....	734
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	735
Ação penal – Art. 186	735

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	737
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188	737
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189.....	737
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190	738
Ação penal – Art. 191	738

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	739
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	739
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194.....	739
Ação penal – Art. 195	740

Capítulo IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196.....	741
--------------------------------------	-----

Título IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197	743
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198...	745
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	746
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200.....	747

Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201	748
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202	749
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203	750
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204	752
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	753
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	754
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207.....	755

Título V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208	759
---	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209	761
Violação de sepultura – Art. 210	762
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211	763
Vilipêndio a cadáver – Art. 212	765

Título VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	769
Pontos relevantes para debate	
• A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	772
• A análise do grau de resistência da vítima.....	773
• O estupro como crime único de condutas alternativas.....	773
• A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	776
• A aplicação retroativa da nova figura do estupro	776
• A necessidade de criação de um tipo penal intermediário foi atendida.....	777
• O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	777
Esquema	
↳ Esquema comparativo	778
Atentado violento ao pudor – Art. 214.....	779
Violação sexual mediante fraude – Art. 215	779
Importunação sexual – Art. 215-A	781

Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216.....	782
Assédio sexual – Art. 216-A.....	783
Pontos relevantes para debate	
• A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	785
• A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel.....	785
• A paixão do agente pela vítima.....	785
Registro não autorizado da intimidade sexual – Art. 216-B.....	786

Capítulo II

DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217.....	789
Estupro de vulnerável – Art. 217-A.....	789
Ponto relevante para debate	
• Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	792
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor) – Art. 218.....	794
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A.....	796
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B.....	797
Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – Art. 218-C.....	801

Capítulo III

DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219.....	805
Rapto consensual – Art. 220.....	805
Diminuição de pena – Art. 221.....	806
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	806

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	807
Presunção de violência – Art. 224.....	807
Ação penal – Art. 225.....	807
Aumento de pena – Art. 226.....	808

Capítulo V

DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir à lascívia de outrem – Art. 227.....	811
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da indução à lascívia.....	813

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	813
Ponto relevante para debate	
• Sites de prostituição	816
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229.....	817
Pontos relevantes para debate	
• A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade	819
• A inviabilidade da prisão em flagrante	820
Rufianismo – Art. 230.....	822
Ponto relevante para debate	
• A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	823
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	824
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A	824
Promoção de migração ilegal – Art. 232-A	824

Capítulo VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	827
Ponto relevante para debate	
• A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica	828
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	829
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	830

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	833
Ponto relevante para debate	
• Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento	834
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B.....	835
Art. 234-C.....	835

Título VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	839
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	841
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	842
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238.....	843
Simulação de casamento – Art. 239	844
Adulterio – Art. 240	845

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241	847
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242	848
Sonegação de estado de filiação – Art. 243	850

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244	851
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245	853
Abandono intelectual – Art. 246	854
Abandono moral – Art. 247	855

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248	857
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de ser efetivada a fuga	858
Subtração de incapazes – Art. 249	859

Título VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250	863
Explosão – Art. 251	866
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252	867
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253	868
Inundação – Art. 254	869
Perigo de inundação – Art. 255	870
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256	871
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257	873
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258	874
Difusão de doença ou praga – Art. 259	874

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E
TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260	877
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261	879

Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262.....	880
Forma qualificada – Art. 263.....	882
Arremesso de projétil – Art. 264.....	882
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	883
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266.....	885

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267.....	887
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268.....	888
Omissão de notificação de doença – Art. 269.....	889
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270.....	890
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271.....	892
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272.....	893
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273.....	894
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal.....	896
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274.....	898
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	899
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	900
Substância destinada à falsificação – Art. 277.....	901
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278.....	902
Substância avariada – Art. 279.....	903
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280.....	904
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281.....	905
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282.....	905
Charlatanismo – Art. 283.....	906
Curandeirismo – Art. 284.....	907
Forma qualificada – Art. 285.....	909

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	911
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287.....	912
Ponto relevante para debate	
• Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	913
Associação criminosa – Art. 288.....	914
Pontos relevantes para debate	
• A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado....	917
• A possibilidade de concurso de pessoas.....	918

• O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	918
Constituição de milícia privada – Art. 288-A	918

Título X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I
DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289.....	923
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	925
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	927
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292.....	928

Capítulo II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293	931
Petrechos de falsificação – Art. 294	934
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	935

Capítulo III
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	937
Falsificação de documento público – Art. 297	940
Falsificação de documento particular – Art. 298.....	943
Falsidade ideológica – Art. 299	945
Pontos relevantes para debate	
• As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	948
• A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco	948
Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300.....	949
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301	951
Ponto relevante para debate	
• A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	953
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	953
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303.....	954
Uso de documento falso – Art. 304.....	956
Pontos relevantes para debate	
• A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento.....	958
• O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento	958
Supressão de documento – Art. 305	959

Capítulo IV
DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306.....	961
Falsa identidade – Art. 307	963
Ponto relevante para debate	
• O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva	965
Falsa identidade – Art. 308	965
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	967
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	968
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	970

Capítulo V
DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A.....	973
Ponto relevante para debate	
• Cola eletrônica e tipificação penal.....	975

Título XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO
PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312.....	979
Ponto relevante para debate	
• O peculato de uso e o crime previsto no art. 312	982
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	983
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	985
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B	986
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	987
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315.....	989
Concussão – Art. 316.....	990
Ponto relevante para debate	
• O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão	992
Corrupção passiva – Art. 317	992
Pontos relevantes para debate	
• A ausência de menção à expressão <i>ato de ofício</i>	995
• A cifra negra da corrupção	995
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	996
Prevaricação – Art. 319	997
Prevaricação em presídio – Art. 319-A	998
Condescendência criminosa – Art. 320	1000
Advocacia administrativa – Art. 321	1002

Violência arbitrária – Art. 322.....	1003
Abandono de função – Art. 323.....	1004
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	1006
Violação de sigilo funcional – Art. 325.....	1007
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	1009
Funcionário público – Art. 327.....	1009
Pontos relevantes para debate	
• O conceito de entidade paraestatal.....	1010
• A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime.....	1011

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328.....	1013
Resistência – Art. 329.....	1014
Ponto relevante para debate	
• O concurso entre os crimes de resistência e roubo.....	1016
Desobediência – Art. 330.....	1017
Ponto relevante para debate	
• O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1020
Desacato – Art. 331.....	1021
Tráfico de influência – Art. 332.....	1023
Corrupção ativa – Art. 333.....	1024
Ponto relevante para debate	
• A questão referente à conduta dar.....	1026
Descaminho – Art. 334.....	1026
Contrabando – Art. 334-A.....	1030
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1034
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336.....	1034
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1036
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A.....	1037

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1041
Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1042
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D.....	1044

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1047
Denúnciação caluniosa – Art. 339.....	1048

Ponto relevante para debate	
• A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa	1051
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340	1051
Autoacusação falsa – Art. 341.....	1053
Ponto relevante para debate	
• A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1054
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.....	1054
Pontos relevantes para debate	
• A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade	1056
• O concurso de pessoas no crime de falso	1058
Suborno – Art. 343.....	1059
Coação no curso do processo – Art. 344.....	1061
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345	1062
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346	1063
Fraude processual – Art. 347	1065
Favorecimento pessoal – Art. 348	1066
Favorecimento real – Art. 349	1068
Favorecimento real em presídio – Art. 349-A	1069
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.....	1071
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1071
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352.....	1072
Arrebatamento de preso – Art. 353	1074
Motim de presos – Art. 354	1075
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355	1076
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1077
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1078
Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358	1080
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	1081

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	1085
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1087
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C	1088
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D	1090
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1091
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1093
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G.....	1094
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1096
BIBLIOGRAFIA	1099
OBRAS DO AUTOR.....	1133